



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE ABRIL DE 2023

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**00001/2023**

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00001/2023, que objetiva: CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PARA CONCLUSÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MOISÉIS CONEGUNDES DE OLIVEIRA E RUA EMÍDIO LUCAS DA SILVA, AMBAS NO MUNICÍPIO DO CONGO/PB, FRUTO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 866160/2018/MCIDADES/CAIXA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: JOSE GEOVASIO FERNANDES DA SILVA - R\$ 40.055,73.

Congo - PB, 03 de Abril de 2023

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO - Prefeita Constitucional

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PARA CONCLUSÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS MOISÉIS CONEGUNDES DE OLIVEIRA E RUA EMÍDIO LUCAS DA SILVA, AMBAS NO MUNICÍPIO DO CONGO/PB, FRUTO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 866160/2018/MCIDADES/CAIXA. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00001/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Congo: 08.00 SEC. DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA 15.451.2002.1021 CONSTRUIR E/OU RECUPERAR A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, RUAS E AVENIDAS 899 Outros Recursos Vinculados 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Congo e: CT Nº 20101/2023 - 04.04.23 - JOSE GEOVASIO FERNANDES DA SILVA - R\$ 40.055,73.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE ABRIL DE 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO PB  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -  
CMDCA CONGO-PB

### EDITAL nº 01/2023

Dispõe sobre a regulamentação do Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares no Município de CONGO-PB para o mandato de 4 anos (**MANDATO 2024/2027**)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CMDCA-CONGO/PB**, no uso de suas atribuições legais, considerando:

O disposto nos **artigos 131 e 139 Lei Federal nº 8.069/90 – ECA, com modificações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.242/1991; 12.010/2009 e 12.696/2012.**

O disposto na **Lei Municipal nº 10/2005**, que dispõe sobre a implantação, estrutura, processo de escolha e funcionamento dos Conselhos Tutelares do **Município de Congo-PB.**

O disposto na **RESOLUÇÃO Nº 152 DE 09 DE AGOSTO DE 2012** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e o Adolescente – **CONANDA** que trata sobre as diretrizes de transição para o processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da **lei 12.696/12**, bem como na **RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022** que altera a Resolução nº 170/2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

Considerando as deliberações da Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar vem **TORNAR PÚBLICO O EDITAL** para a abertura das inscrições para candidatos à função de conselheiro tutelar no Município de Congo, Estado da Paraíba, para um mandato de **4 (quatro) anos**.

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - O presente Edital dispõe sobre o processo de inscrição dos candidatos; da eleição através de sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de CONGO-PB a ser realizado em data unificada em todo território nacional, ou seja, **em 01 de Outubro de 2023 e posse em 10 de Janeiro de 2024 para um mandato de 4 (quatro) anos.**

Parágrafo único: O processo de escolha se refere a 05 (cinco) vagas de **Conselheiro Tutelar Titular** com convocação imediata, sendo considerados suplentes todos os candidatos aptos que participaram do pleito a partir do 6º mais votado e serão convocados sempre que necessário de acordo com **Lei Municipal nº 10/2005**.

### DAS INSCRIÇÕES

#### I - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

**Art. 2º** - O período para a inscrição de candidatos à função de Conselheiro Tutelar será de 12/04/2023 a 28/04/2023, com o formulário disponível neste edital e no escritório da Central de Distribuição do Programa Alimenta Brasil – Programa do Leite.

§1º - Os formulários preenchidos e as cópias dos documentos deverão ser entregues, mediante protocolo, no período acima, no horário de 08:30 horas às 11:30 e das 14:30 às 17:00 horas, de segunda a quinta-feira, na sede do escritório da Central de Distribuição do Programa Alimenta Brasil – Programa do Leite, situada à Rua Rosália Moraes Lucas, s/n, Centro, Congo-PB.

§2º - A numeração do candidato será de acordo com a ordem de inscrição.

**Art. 3º** - O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

**Art. 4º** - Para inscrever-se no processo de seleção o candidato deverá possuir os requisitos abaixo em consonância com o Art. 2º da Lei Municipal nº 130/2015, que alterou o Art. 34 da Lei Municipal nº 10/2005 e ainda, o que preconiza Art. 133 do ECA e na falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados, haverá impedimento na inscrição do mesmo:

- I - Ter reconhecida idoneidade moral;
- II - Possuir idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residir no município de Congo a mais de 2 anos;
- IV - Ter concluído ensino médio;
- V - Dedicar exclusiva para a atividade de conselheiro;
- VI - Estejam em gozo dos seus direitos políticos.

§1º - Serão impedidos de se inscrever para servir no mesmo Conselho Tutelar, os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, estendendo-se este impedimento ao conselheiro tutelar, em relação à autoridade judiciária, e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Congo-PB (Resolução 231/2022 CONANDA).

§2º - A candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas (resolução nº 231/2022 – CONANDA).

**Art. 5º** - Para efetuar a inscrição os candidatos deverão preencher o formulário disponível na sede da Central de Distribuição do Programa Alimenta Brasil – Programa do Leite, situada à Rua Rosália Moraes Lucas, s/n, Centro, Congo-PB, acompanhado dos documentos abaixo relacionados:

I - Cópia da cédula de identidade ou documento oficial com foto;

II - Cópia do CPF;

III - Duas fotos 3x4;

IV - Certidão de quitação eleitoral;

V - Comprovante de residência;

VI - Cópia do diploma ou certificado de conclusão do ensino médio;

VII - Certidão negativa de distribuição de feitos civis e criminais expedida justiça estadual e justiça federal, com validade à época da inscrição.

§1º - Serão aceitos como comprovante de residência: contas de água, luz, telefone fixo ou móvel emitidas em nome do candidato; correspondência ou documento expedido por órgão oficial das esferas Municipal, Estadual ou Federal; correspondência de instituição bancária Pública ou Privada; correspondência de administradora de todos os cartões de crédito, fatura de plano de saúde ou boletos de condomínios cuja identificação (nome e endereço do titular) esteja impressa na própria fatura ou correspondência.

§2º - Em caso de imóvel em nome de terceiro, a comprovação de residência por mais de dois anos no município, correspondente ao que trata o inciso V deste artigo, deverá ser apresentado pelo modelo de declaração em anexo neste edital ou contrato de aluguel. Ficando de responsabilidade do proprietário sobre todas as informações prestadas.

§3º - Os documentos, quando não prevista a apresentação no original, poderão ser apresentados em cópia, podendo, no entanto, ser solicitado a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos apresentados.

§4º Se os documentos apresentados não tiverem no prazo de validade declarada no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, sua emissão deverá ter ocorrido há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data da apresentação do requerimento de inscrição de que trata o presente artigo.

**Art. 6º** - Encerrado o prazo para inscrição, o CMDCA/COMISSÃO ELEITORAL-CONGO/PB avaliará os requerimentos e documentação apresentados pelos candidatos e fará, entre os dias 02/05/2023 a 12/05/2023, a publicação no Diário Oficial do Município de lista nominada dos candidatos aptos e inaptos que preencheram os requisitos deste edital;

§1º - Os candidatos desclassificados nesta etapa terão prazo de 29/05/2023 a 02/06/2023 para apresentar recurso, no horário de horário de 08:30 horas às 11:30 e das 14:30 às 17:00 horas, de segunda a quinta-feira, na sede do escritório da Central de Distribuição do Programa Alimenta Brasil – Programa do Leite, situada à Rua Rosália Moraes Lucas, s/n, Centro, Congo-PB.

§2º - A análise da decisão de impugnações e recursos deferidos será publicada em Diário Oficial no período de 19/06/2023 a 23/06/2023.

§3º - Será enviada cópia da publicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude, aos Juizes das Varas da Infância, da Juventude, à Coordenadoria das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público e aos Conselheiros Tutelares. Tanto as autoridades referidas, como qualquer cidadão, poderão solicitar, fundamentadamente, a impugnação das candidaturas. Resolução 231/2022 do CONANDA.

§4º - A análise da decisão de impugnações e recursos deferidos e candidatos habilitados será publicada em Diário Oficial no dia 03/07/2023.

§5º - A comissão Especial do Processo de Escolha 2023 se reunirá com os candidatos aptos para firmar compromissos até o dia 10/07/2023.

**Art. 7º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

### DA CAMPANHA ELEITORAL

**Art. 8º** - Após a publicação do resultado da homologação dos candidatos aptos, o candidato terá até o dia 30/09/2023 para realização de campanha.

**Art. 9º** - O Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, com previsão na resolução do CONANDA nº 231/2022.

Parágrafo Único – Toda propaganda será sob a responsabilidade de cada candidato, imputando-lhe a responsabilidade solidária nos excessos praticados por seus simpatizantes.

**Art. 10** - Fica expressamente proibida a propaganda que consista em pintura, pichação e afixação de letreiros, outdoor, folders, cartazes ou panfletos em prédios públicos, nas vias públicas, muros, postes, monumentos e paredes de prédios públicos podendo para tanto o candidato perder o direito de concorrer no pleito eleitoral unificado.

**Art. 11** - É permitida a propaganda mediante faixas, que somente poderão ser afixadas dentro de propriedades particulares, mediante autorização escrita do proprietário,



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE ABRIL DE 2023

vendendo-se a sua colocação em bens públicos ou de uso comum.

**Art. 12** - Será permitida a distribuição de panfletos ou "santinhos", vedada a distribuição no interior de prédios públicos, os quais somente poderão ser distribuídos até três dias antes do pleito de votação.

**Art. 13** - É vedado ao candidato favorecer o transporte de eleitores no dia da votação.

**Art. 14** - No dia da eleição é proibido qualquer tipo de propaganda nas proximidades das zonas eleitorais, em atitude de "boca de urna".

**Parágrafo Único** - Considerando-se ilícita no dia da eleição a propaganda feita por meio de camisetas, bonés e broches ou qualquer outro tipo de propaganda que vincule o nome ao número do candidato.

**Art. 15** - É vedado o uso de carro de som ou similar para propaganda e divulgação do nome e número do candidato.

**Art. 16** - Fica expressamente proibido o uso da máquina administrativa pública para divulgar ou vincular propaganda do candidato, bem como qualquer tipo de troca de favores em prol do voto.

**Art. 17** - É vedada a veiculação de propaganda dos candidatos nos canais de TV a Cabo, TV Aberta ou Rádios.

**Art. 18** - No dia da eleição é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la direta ou indiretamente, com o apoio de terceiros, à cassação de seu registro de candidatura, mediante procedimento a ser instaurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo da remessa de peças ao Ministério Público para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

**Art. 19** - Compete à Comissão Organizadora processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive liminarmente, determinar a retirada ou suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

**Parágrafo Único** - Os casos de conduta irregular de candidatos apurados durante o processo eleitoral serão imediatamente comunicados ao Ministério Público para averiguação dos fatos, independente do procedimento investigativo da comissão organizadora.

**Art. 20** - A decisão tanto da Comissão Organizadora quanto da averiguação realizada pelo Ministério Público, deverá ser publicada até 05 (cinco) dias antes da posse dos novos conselheiros.

**Art. 21** - A realização do Processo de Votação para a Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Congo-PB acontecerá no dia **01 de outubro de 2023** pelo sufrágio universal e voto direto, facultativo, secreto, no horário de 08:00 horas às 17:00 horas, nos postos de votação a serem divulgados posteriormente.

**Art. 22** - Poderão votar todos os eleitores do município Congo-PB, quite com a justiça eleitoral, munidos de título de eleitor e documento oficial com foto.

**Art. 23** - Nos locais de votação deverão estar presentes o Coordenador do Posto de Votação, assim como os integrantes das mesas receptoras de votos, devidamente identificados.

**Art. 24** - Não comparecendo alguns dos integrantes das mesas receptoras de votos, o Coordenador do Posto de Votação designará, para as mesmas, cidadãos de ilibada conduta que aceitem o encargo;

**Art. 25** - Cada mesa receptora será composta por um presidente e dois mesários. O Presidente da mesa receptora iniciará o processo de votação às 08:00 horas, com a abertura da Ata Circunstanciada e encerrará às 17:00 horas, sendo a urna lacrada com as rubricas dos membros da mesa e transportadas pelo Coordenador do Posto de Votação.

**Art. 26** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/COMISSÃO ESPECIAL - CONGO-PB providenciará junto ao Tribunal Regional Eleitoral a cessão de urnas para votação, as quais ficarão sob a responsabilidade, no dia da votação, do Coordenador do Posto de Votação.

§1º - Os Fiscais e Candidatos, ao atuarem junto às mesas receptoras de votos, deverão manter à vista sua credencial e não poderão portar nenhum objeto de propaganda eleitoral.

§1º - Os Fiscais e Candidatos, ao atuarem junto às mesas receptoras de votos, deverão manter à vista sua credencial e não poderão portar nenhum objeto de propaganda eleitoral.

**Art. 27** - Será afixado, em cada um dos Postos de Votação, 01 (uma) relação, em ordem alfabética, com os nomes dos candidatos e seus respectivos números.

**Art. 28** - Somente para a fiscalização de votação, cada candidato poderá credenciar, por posto de votação, 01 (um) fiscal e um suplente de votação. Para tal deve apresenta

requerimento junto ao CMDCA-CONGO/PB, no prazo de até 04 (quatro) dias antes da eleição.

§1º - Só poderão atuar como fiscais pessoas idôneas e maiores de 18 anos de idade, que deverão apresentar-se ao Coordenador do Posto de Votação, no dia da eleição, munido de documento oficial com foto, para recebimento da sua credencial.

§2º - Os fiscais terão atuação exclusiva junto às mesas de recepção de votos do posto ao qual estarão credenciados. Vedada a atuação em outro posto de votação. O Suplente só poderá fiscalizar na ausência do Titular.

**Art. 29** - Todos os candidatos são fiscais natos, podendo atuar junto em qualquer posto de votação, mediante apresentação de documento de identificação e credencial.

§1º - Os Fiscais e Candidatos, ao atuarem junto às mesas receptoras de votos, deverão manter à vista sua credencial e não poderão portar nenhum objeto de propaganda eleitoral.

§2º - Sempre que solicitados deverão apresentar ao Presidente da Mesa, ao Coordenador do Posto de votação ou a qualquer outra Autoridade Pública documento de identificação, juntamente com a credencial.

§3º - Será retirado do local de votação qualquer indivíduo, inclusive candidato e/ou fiscal, que mantiver conduta incompatível com os Assistências de votação ou agir com descortesia com quaisquer dos integrantes dos postos de votação.

**Art. 30** - Encerrada a coleta de votos o presidente da mesa receptora deverá lacrar a urna, rubricando o lacre juntamente com os mesários.

**Art. 31** - A Ata Circunstanciada deverá ser preenchida pelo presidente da mesa e assinada por todos os integrantes da mesa receptora de votos e ser devidamente acondicionada em envelope lacrado.

**Art. 32** - Todo o material deverá ser entregue ao Coordenador do Posto de Votação, que repassará ao responsável pela recepção das urnas e apuração dos votos, devidamente credenciado e identificado pela Comissão Organizadora.

§1º - O material será entregue no local onde será instalada a Central de Apuração, cujo endereço será designado e divulgado pelo CMDCA-CONGO/PB, até 48 horas antes do início do processo de eleição e apuração.

§2º - Todo o material da votação será conduzido em carros fornecidos pela Prefeitura, devidamente identificados. Nos veículos, além do motorista, deverá estar presente o Coordenador do posto de votação ou um Conselheiro Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e um Guarda Municipal ou agente designado pela segurança das urnas.

§3º - Não será permitida a locomoção, junto com o material de votação, de candidatos ou fiscais ou qualquer outra pessoa estranha ao procedimento da eleição.

### DA APURAÇÃO

**Art. 33** - A apuração de votos será realizada em local determinado como Central de Apuração, tendo início da contagem de votos, imediatamente após a chegada e regular entrega do material da primeira urna, assim sucessivamente até o término da contagem.

**Art. 34** - O processo de apuração deverá ser acompanhado por representante do Ministério Público, pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelos candidatos e seus fiscais, por autoridades públicas ou outras pessoas devidamente credenciadas pela Comissão Organizadora ou pelo presidente do CMDCA - CONGO/PB.

**Art. 35** - Caberá ao Presidente do CMDCA / COMISSÃO ESPECIAL - CONGO/PB, ou pessoa por ele indicada, a coordenação da Mesa de Assistência Apuradora.

**Art. 36** - Na hipótese de votação manual, serão abertas as cédulas oficiais, examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da mesa apuradora.

§1º - Nos casos de declaração dos votos em branco será posto na cédula, no lugar correspondente à indicação do voto, a expressão "em branco", além da rubrica do Presidente da mesa apuradora.

§2º - O mesmo procedimento será realizado nos casos de votos nulos.

**Art. 37** - Após a totalização dos votos serão novamente colocados em envelopes e lacrados os votos e os mapas de totalização de cada urna eleitoral.

**Art. 38** - Serão considerados eleitos como Conselheiros Tutelares titulares os 05 (cinco) candidatos que obtiverem a maioria do número de votos e considerados suplentes os demais candidatos por ordem de votos recebidos.

§1º - Havendo empate de votos, considera-se eleito o candidato que possuir maior idade.

§2º - Os Conselheiros Tutelares titulares atuarão no Conselho Tutelar do Município de CONGO-PB conforme será definido pelo CMDCA e publicado em Diário Oficial.

§3º - Os Conselheiros Tutelares suplentes poderão ser convocados para exercer o mandato no Conselho Tutelar do município de CONGO-PB, quando houver vacância de titulares.

**Art. 39** - Será publicado imediatamente o resultado final da votação, com os nomes dos candidatos eleitos titulares e suplentes para integrarem o Conselho Tutelar de CONGO-PB e o número de votos recebidos por cada um deles.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE ABRIL DE 2023

### DO CARGO E DA REMUNERAÇÃO:

**Art. 40** - A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§1º - O tempo de serviço que prestar como conselheiro tutelar será computado, para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§2º - Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§3º - A vaga, o vencimento mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	5	40 hs semanais, mais plantão	Salário nacional vigente

### DA POSSE

**Art. 41** - O chefe do Poder Executivo dará posse aos conselheiros tutelares eleitos e devidamente capacitados, em 10 de janeiro de 2024 com data, local e horário a ser publicado no Diário Oficial Municipal e amplamente divulgado na mídia.

### DO CURSO DE CAPACITAÇÃO OBRIGATÓRIA

**Art. 42** - Os candidatos eleitos serão convocados para um curso de capacitação a cerca das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre as peculiaridades e aspectos práticos do exercício da função de Conselheiro Tutelar.

**Parágrafo Único** - Nos casos de Conselheiros Tutelares titulares, a capacitação incluirá estágio de uma semana, in loco, no Conselho Tutelar para qual foi eleito.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 43** - Os conselheiros tutelares empossados no ano de 2024 terão mandato de 04 anos, conforme disposições previstas no ECA. (redação do art. 6º da RESOLUÇÃO 231 DO CONANDA).

**Art. 44** - A comissão eleitoral formada para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Congo-PB, para o mandato de 2024-2027, se dissolverá 30 dias após o término do processo eleitoral, ou seja, trinta dias após a publicação do resultado final da votação.

**Art. 45** - Os casos omissos surgidos durante todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares serão resolvidos pela comissão organizadora formada para este fim ou; se necessário, pela plenária do CMDCA / COMISSÃO ELEITORAL - CONGO/PB, sob a orientação e fiscalização do Ministério Público Estadual.

**Art. 46** - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Congo-PB, 04 abril de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMISSÃO ELEITORAL  
CONGO-PB

### Modelo I



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO UNIFICADO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DE CONGO-PB 2023  
(MANDATO 2024/2027)

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

Foto 3x4

#### DOCUMENTOS EXIGIDOS:

I - Cópia da cédula de identidade ou documento oficial com foto ( ) sim ( ) não

II - Cópia do CPF ( ) sim ( ) não

III - Duas fotos 3x4 ( ) sim ( ) não

IV - Certidão de quitação eleitoral ( ) sim ( ) não

V - Comprovante de residência ( ) sim ( ) não

VI - Cópia do diploma ou certificado de conclusão do ensino médio ( ) sim ( ) não

VII - Certidão negativa de distribuição de feitos civis e criminais expedida justiça estadual, com validade à época da inscrição ( ) sim ( ) não

OBS: Os documentos exigidos deverão ser apresentados através de cópias e originais para conferência.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

Congo-PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Obs: Esta ficha de inscrição deverá ser entregue junto com os documentos nela descrita, junto a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral CT 2023, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme descrito no art. 2º deste Edital nº 01/2023.

CANDIDATOS AO PROCESSO UNIFICADO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DE CONGO-PB  
(MANDATO 2024/2027)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Comprovamos a inscrição do candidato \_\_\_\_\_ para eleição do Conselho Tutelar do Município de Congo devendo o mesmo passar por novas etapas para confirmação de sua candidatura.

Assinatura do Técnico responsável pelo recebimento da inscrição \_\_\_\_\_

Congo-PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

### Modelo II

#### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, (coloque o nome completo do declarante aqui), nacionalidade (escreva a nacionalidade do declarante aqui), estado civil (coloque o estado civil do declarante aqui), possuindo o RG nº (escreva o número do RG do declarante aqui), CPF n.º (preencha com o número do CPF este local), DECLARO residir e ser domiciliado no endereço (coloque o endereço completo do declarante aqui, incluindo o CEP), cidade de Congo, Estado da Paraíba, a mais de 02 (dois) anos, elaborando o presente documento com a finalidade de concorrer ao Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares no Município de CONGO/PB, servindo a presente declaração como prova de preenchimento de requisito nos termos do §2º do art. 5º do Edital nº 01/2023.

Com base na lei 7.115/83, a presente declaração servirá como comprovação de residência.

DECLARO que todas as informações trazidas neste documento são verdadeiras, estando ciente de todas as consequências que podem acontecer por informar dados falsos, inclusive as consequências que tal ato ocasionaria no âmbito penal.

Congo-PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

(assinatura do declarante - candidato)

CPF n.º: \_\_\_\_\_

(assinatura do proprietário do imóvel)

CPF n.º: \_\_\_\_\_



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE ABRIL DE 2023

DECRETO Nº 455/2023.

Dispõe sobre o funcionamento da Administração Pública Municipal no dia 06 de abril de 2023.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

**Art. 1º** - Altera o horário de expediente nas repartições públicas deste município, no dia 06 de abril de 2023, em virtude da celebração da semana santa, devendo ser preservado o funcionamento dos serviços essenciais (atendimento hospitalar, coleta de lixo e congêneres).

I- Dia 06.04.2023 (quinta-feira) – **08h00min às 13h00min**

Cumpra-se, publique-se e divulgue-se.

Gabinete da Prefeita, Congo-PB, em 04 de abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
PREFEITA CONSTITUCIONAL



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 04 DE ABRIL DE 2023

### PORTARIA Nº 145/2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

Art.1º - Conceder licença sem vencimento a pedido, conforme o Art. 115, inciso V e Art. 137 do Estatuto do Servidor Público Municipal, do Sr. **CARLOS HENRIQUE DE ANDREDE**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF nº: 167.843.828-62, RG nº: 224864233 SSP/PB Servidor Efetivo no Cargo Público de **MOTORISTA, MATRÍCULA: 1202003**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 04 de Abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### PORTARIA Nº 146/2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

**RESOLVE,**

Art. 1º- Nomear, **NILZA DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, inscrita no Cadastro de Pessoa Física-CPF nº: 839.650.094-00, RG nº: 1.790.320 SSDS/PB ao Cargo Comissionado de **SUPERVISORA ESCOLAR** – lotada na Secretaria Municipal de Educação, Símbolo SE-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 04 de Abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### PORTARIA Nº 147/2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

**RESOLVE,**

Art. 1º- Nomear, **GILBERTO LEAL DE BARROS**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física-CPF nº: 620.083.404-06, RG nº: 1.630.686 SSDS/PB ao Cargo Comissionado de **SUPERVISOR ESCOLAR** – lotado na Secretaria Municipal de Educação, Símbolo SE-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 04 de Abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### PORTARIA Nº 148/2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

**RESOLVE,**

Art. 1º- Nomear, **IZABELA PATRICIA DE SOUSA SILVA**, inscrita no Cadastro de Pessoa Física-CPF nº: 088.664.964-13, RG nº: 8.290.558 SDS/PE ao Cargo Comissionado de **COORDENADORA DE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO** – lotado na Secretaria Municipal de Educação, Símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 04 de Abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### PORTARIA Nº 149/2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

**RESOLVE,**

Art. 1º- Nomear, **LUCIANE DOS SANTOS NUNES**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física-CPF nº: 983.091.371-68, RG nº: 2575802 SSP/PB ao Cargo Comissionado de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO** – lotada na Secretaria Municipal de Administração, Símbolo DD-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 04 de Abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### PORTARIA Nº 150/2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

**RESOLVE,**

Art. 1º- Nomear, **CARLOS ROBERTO DA SILVA FILHO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física-CPF nº: 703.991.204-08, RG nº: 4248154 SSDS/PB ao Cargo Comissionado de **COORDENADOR DE DIVISÃO DE APOIO AO CRAS** – lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, Símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 04 de Abril de 2023.

**FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional